

BIBLIOTECA PÚBLICA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM MUNICÍPIO AMAZÔNICO: TRAJETÓRIA DA BIBLIOTECA PROFESSORA ANA PINTO (2021–2026)

Sávio Roberto Nunes Barroso¹; Regiara Croelhas modesto²; Andreia Ferreira Moraes³

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal; ²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Castanhal.

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória de implantação e institucionalização da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto, em São João da Ponta (PA), entre 2021 e 2026, destacando sua implantação antes da formalização legal. Com abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, evidencia-se que a iniciativa ampliou o acesso à leitura e à cultura local. Conclui-se que sua consolidação depende de investimentos contínuos em estrutura, acervo e gestão cultural.

Palavras-chave: biblioteca pública; formação leitora; cidadania cultural; políticas públicas; Amazônia.

INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas constituem espaços estratégicos de democratização do conhecimento, promoção da leitura e ampliação das possibilidades de formação cidadã. Mais do que equipamentos voltados ao armazenamento e empréstimo de livros, esses espaços configuram-se como ambientes de socialização de saberes, produção cultural e fortalecimento de vínculos entre memória coletiva, educação e cidadania. Conforme Freire (1989), o ato de ler ultrapassa a decodificação da palavra escrita, articulando-se à leitura crítica do mundo e à capacidade de compreender a realidade social de maneira reflexiva e transformadora.

No contexto amazônico, especialmente em municípios de pequeno porte, a implantação e consolidação de bibliotecas públicas assumem relevância ainda maior, considerando os desafios históricos relacionados à distribuição desigual de equipamentos culturais, às limitações orçamentárias e às barreiras territoriais de acesso à informação. Nesses espaços, a biblioteca pública pode assumir papel central na construção de oportunidades educativas e culturais, funcionando como ambiente de incentivo à leitura, preservação da memória local e fortalecimento da identidade sociocultural das comunidades.

É nesse cenário que se insere a trajetória da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto, localizada no município de São João da Ponta, no estado do Pará. Sua experiência apresenta uma particularidade significativa: o funcionamento institucional da biblioteca antecedeu sua formalização jurídica, evidenciando que políticas públicas culturais podem emergir inicialmente da prática administrativa, da sensibilidade da gestão local e da resposta a demandas sociais concretas, para posteriormente serem incorporadas ao ordenamento legal municipal.

Diante disso, este trabalho objetiva analisar a trajetória de implantação e institucionalização da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto, destacando seus avanços, desafios estruturais e contribuições para a democratização da leitura e para o fortalecimento da cidadania cultural no município.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, por compreender que a análise da implantação de uma política pública cultural exige interpretação contextualizada dos processos históricos, institucionais e sociais que a constituem. Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo caracteriza-se como bibliográfico, documental e descritivo.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em autores que discutem leitura, formação cidadã e papel social das bibliotecas públicas, com destaque para Freire (1989), Milanesi (2002) e o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas (1994), documentos que reconhecem a biblioteca como instrumento fundamental de democratização cultural e educativa.

No campo documental, foram analisados registros institucionais referentes ao processo de implantação da biblioteca, incluindo documentação administrativa sobre a reforma do espaço físico iniciada em 2021, registros de funcionamento do equipamento cultural a partir de 2022 e análise da Lei Municipal nº 211/2026, instrumento jurídico que oficializou a criação da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto no âmbito da política cultural municipal.

Complementarmente, utilizaram-se registros fotográficos do processo de adequação estrutural do espaço, que possibilitaram reconstruir historicamente o percurso de consolidação física e institucional da biblioteca.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trajetória da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto revela dinâmica singular no campo das políticas culturais municipais. Diferentemente do percurso tradicional, no qual a formalização legal antecede a implantação material do equipamento público, em São João da Ponta ocorreu movimento inverso: a necessidade social e a iniciativa administrativa local impulsionaram a criação concreta do espaço antes da regulamentação jurídica. Esse processo evidencia que políticas públicas culturais também podem emergir de demandas comunitárias e de respostas administrativas locais voltadas à promoção do acesso à cultura e ao conhecimento.

O processo teve início em 2021, com a reforma e adequação de um prédio cedido pela Igreja Católica local, evidenciando articulação entre poder público e atores comunitários na construção de uma infraestrutura voltada ao acesso à leitura. Em 2022, a biblioteca passou a funcionar regularmente, oferecendo à população local um espaço de acesso a livros, consulta e incentivo à formação leitora. Nesse sentido, Freire (1989) ressalta que o ato de ler extrapola a decodificação da palavra, constituindo-se como prática social capaz de ampliar a compreensão crítica da realidade. Assim, a biblioteca pública, ao promover o acesso ao livro e à leitura, fortalece processos formativos que contribuem para a emancipação intelectual e para o exercício da cidadania.

Somente posteriormente ocorreu sua institucionalização normativa, com aprovação legislativa em 2025 e sanção da Lei Municipal nº 211/2026, consolidando juridicamente a existência da biblioteca como equipamento público cultural. Esse percurso demonstra que a institucionalização de políticas públicas nem sempre se inicia pela via normativa; em determinados contextos, ela emerge da prática social concreta, consolidando-se posteriormente em termos legais e administrativos. Conforme o Manifesto da UNESCO (1994), a biblioteca pública constitui porta local para o conhecimento, sendo elemento indispensável para a aprendizagem permanente, para a tomada autônoma de decisões e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e das comunidades.

Sob perspectiva formativa, a biblioteca pública amplia horizontes educativos, fortalece práticas leitoras e possibilita maior circulação de conhecimentos, especialmente em realidades nas quais o acesso ao livro permanece restrito. Para Milanesi (2002), a biblioteca pública ultrapassa sua função custodial de guarda de acervos, constituindo-se como espaço dinâmico de circulação de saberes, encontro social e produção cultural. Essa compreensão aproxima-se da realidade observada em São João da Ponta, onde a biblioteca apresenta potencial para consolidar-se como ambiente de mediação cultural, incentivo à leitura e fortalecimento da identidade local.

Entretanto, a consolidação da Biblioteca Professora Ana Pinto ainda demanda investimentos contínuos. Entre os desafios identificados destacam-se a necessidade de

ampliação do espaço físico, adequações de acessibilidade, modernização do acervo bibliográfico, fortalecimento de ações de inclusão digital e criação de espaços multifuncionais destinados a oficinas, palestras, mediação de leitura e atividades pedagógico-culturais. Tais aspectos reforçam a compreensão de que a efetividade de uma política pública cultural depende não apenas de sua formalização legal, mas também da manutenção de condições materiais e institucionais que assegurem seu funcionamento contínuo e socialmente relevante.

Além disso, observa-se potencial para que a biblioteca assuma papel ainda mais relevante como centro de memória local, reunindo registros históricos, produções culturais e narrativas comunitárias que fortaleçam o pertencimento identitário da população de São João da Ponta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da Biblioteca Pública Professora Ana Pinto evidencia que políticas públicas culturais podem emergir da prática concreta antes de sua institucionalização normativa, especialmente em contextos municipais nos quais demandas sociais urgentes impulsionam respostas administrativas imediatas.

No caso analisado, a implantação física e operacional da biblioteca antecedeu sua formalização jurídica, revelando importante capacidade local de construção de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à leitura e ao fortalecimento da cidadania cultural.

Mais do que espaço de guarda de livros, a biblioteca pública constitui ambiente de formação humana, circulação de saberes, preservação da memória coletiva e promoção da inclusão cultural. Sua consolidação, entretanto, exige continuidade administrativa, planejamento orçamentário e investimentos estruturais que assegurem seu funcionamento qualificado e permanente.

Assim, a experiência de São João da Ponta apresenta-se como referência importante para reflexão sobre o papel das bibliotecas públicas em municípios amazônicos, reafirmando a cultura e o acesso ao conhecimento como dimensões fundamentais do desenvolvimento humano e social.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 1989.

MILANESI, Luís. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

SÃO JOÃO DA PONTA. Lei Municipal nº 211/2026, de 15 de abril de 2026.

UNESCO. *Manifesto da Biblioteca Pública*. Paris, 1994.